

4

5 **Agenda para uma Europa Social**

6

7 **Plataforma de Acção Conjunta de resistência e alternativas na** 8 **Europa**

9

10 O 3º Congresso da Esquerda Europeia realiza-se num momento em que
11 sacrifícios cada vez mais insuportáveis são impostos ao povo europeu. Em
12 quase todos os países da Europa estão a ser implementados programas de
13 cortes na despesa pública, de severa austeridade, de privatização de
14 serviços públicos e de alterações no mercado de trabalho. Com vista a impôr
15 a generalização destas políticas, os países estão a ser colocados sob a tutela
16 da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e de outras instituições,
17 como o FMI, com a aceitação cúmplice dos governos nacionais.

18

19 Estas políticas são apresentadas como a resposta necessária para enfrentar
20 a crise financeira e económica. Mas esta crise é uma crise da supremacia
21 dos mercados e do grande capital, a crise do capitalismo actual, globalizado
22 e financiarizado. Esta crise também afecta o nosso ambiente, a energia, a
23 alimentação, os valores culturais e morais e tem expressão a todos os níveis
24 políticos e em todas as sociedades marcadas pelo modo de produção
25 capitalista dominante. Exprime-se também na construção europeia, nas suas
26 recentes orientações, nas suas políticas neoliberais e nas suas instituições.

27

28 A actual crise da dívida constitui uma nova fase desta crise persistente. Tem
29 as suas raízes nas opções económicas e políticas dos últimos 30 anos.
30 Interligando as múltiplas causas da crise, está a afectar cada vez mais
31 profundamente a vida quotidiana das pessoas.

32

33 Nós, o partido da Esquerda Europeia, em conjunto com outros partidos e
34 organizações socialistas, comunistas e verde-vermelhas, no que pode ser
35 definido genericamente como a esquerda plural da Europa, opomo-nos às
36 políticas e às estruturas neoliberais que têm formatado a UE através dos
37 sucessivos Tratados, que culminaram no Tratado de Lisboa.

38

39 A responsabilidade por estas políticas deve-se à grande coligação formada
40 pelos partidos conservadores, liberais e sociais-democratas ou socialistas
41 europeus que tem governado a Europa e os países europeus nos últimos
42 anos. Nós queremos criar uma alternativa política ao modelo neoliberal.

43 A aplicação generalizada de medidas de austeridade está a gerar uma onda
44 de resistência por toda a Europa. O grande desafio da esquerda passa por
45 apoiar e reforçar esta resistência, delineando alternativas possíveis, de forma
46 a transformar este protesto num movimento por um outro paradigma de
47 civilização, baseado na solidariedade. Fá-lo-emos em nome de uma Europa
48 social, ecológica e pacífica.

49

50 A insistente e obcecada adesão ao Pacto de Estabilidade e à estratégia UE-
51 2020, modelados pelos programas de ajustamentos estruturais do FMI, não
52 nos conduzirá à saída da crise: pelo contrário, o que se perspectiva é o
53 agravamento dos problemas, das tensões, do autoritarismo e das
54 desigualdades sociais. Existe o risco de a economia colapsar, levando a uma
55 exacerbação massiva da pobreza e da precariedade e à destruição do
56 modelo social e da civilização europeia. Poderemos vir a enfrentar uma maior
57 depressão na Zona Euro, para além dos graves problemas impostos aos
58 outros países, como o Reino Unido, a Hungria, a Roménia ou os países
59 Bálticos. Isto pode acentuar a incapacidade de fazer face aos desafios
60 colocados pela questão ecológica. Há um sério risco de estrangulamento da
61 democracia, de “governança” autoritária dos Estados Membros dirigida pelos
62 interesses do mercado com a tutela das economias nacionais pela Comissão,
63 o BCE e o FMI.

64

65 Há um risco substancial de que o aprofundamento da crise de legitimidade na
66 UE provoque o esvaziamento do ideal de uma Europa democrática e solidária
67 no seio de uma população que está a ser desprezada, esmagada, cujos
68 direitos são sistematicamente negados, a quem se recusa a liberdade de
69 decidir o seu destino, tornando-a terreno fértil para o crescimento dos
70 preconceitos ultranacionalistas, xenófobos e racistas, propagados pela
71 extrema direita.

72

73 Estas políticas estão a pôr em risco a normal convivência pacífica com as
74 minorias nacionais dentro da União Europeia e dentro de cada Estado-
75 Membro. Poderão também ter sérios efeitos negativos no caminho para uma
76 real equidade entre homens e mulheres. Assiste-se mesmo a recuos reais
77 em relação a passos que já tinham sido dados tanto na democracia de
78 género como na não discriminação de todas as minorias na Europa, dentro e
79 fora da UE.

80

81 Não são os povos europeus, os trabalhadores e os desempregados, os
82 jovens que estudam ou fazem formação profissional, os idosos, as mulheres
83 e as crianças, as pessoas portadoras de deficiências ou de doenças, os
84 pobres e a classe média, que devem pagar esta crise. Não, nós reiteramos: é
85 tempo para uma radical mudança de políticas. Esta mudança política deve

86 garantir que aqueles que são responsáveis pela crise devem ser obrigados a
87 pagar os custos da crise. Uma regulação sustentável tem que ser
88 desenvolvida, colocando o sistema bancário e de crédito sob controlo público
89 e reorientando-o para fins sociais e ecológicos. Passos concretos podem e
90 devem ser dados para afastar as políticas e os governos da UE da garra dos
91 mercados financeiros, para passar de uma lógica do lucro para uma nova
92 lógica do desenvolvimento humano, baseada na justiça social e na ecologia
93 sustentável.

94
95 Esta é a via do realismo nos nossos dias, uma abordagem em linha com o
96 interesse dos países europeus e das suas populações. É com uma vontade
97 construtiva de formular alternativas com as quais possamos desenvolver um
98 diálogo mais abrangente com as pessoas – e organizar uma luta comum –
99 que nós apresentamos as propostas que se seguem. Propostas que não se
100 pretendem sejam simplesmente aceites ou rejeitadas tal qual estão, mas que
101 são supostas evoluir através de um trabalho conjunto de debate aberto e
102 franco com as forças políticas e sociais e com os cidadãos europeus.

103

104

105 **1. É tempo para uma democratização radical das políticas europeias**

106

107 Esta crise é também uma crise da democracia. Muitas vezes, demasiadas
108 vezes, decisões cruciais são tomadas sem qualquer consulta ao povo
109 trabalhador. Que acaba por ver a UE como uma construção distante,
110 incompreensível e intervencionista, que ignora as suas necessidades e as
111 suas esperanças. Alterar a política externa, de ambiente, a política social e
112 económica da UE e dos Estados Membros implica o início de um novo
113 processo democrático, baseado na participação activa da população e dos
114 Parlamentos nacionais e Europeu, e em novos direitos e novos poderes de
115 intervenção dos trabalhadores. Nós defendemos repúblicas democráticas
116 com leis eleitorais que respeitem a representação proporcional. O processo
117 de transformação democrática diz também respeito às Instituições Europeias,
118 assim como às políticas da UE e de todos os países europeus. Por isso
119 lutamos por uma refundação democrática da Europa e da União Europeia.

120

121 Muitas pessoas consideram que o crescimento da pobreza e das
122 desigualdades sociais revela o falhanço da própria ideia de União Europeia.
123 Mas, se a União Europeia não for capaz de pôr um travão à especulação,
124 então quem será? Não são soluções meramente nacionais, opondo povos
125 contra povos, que podem trazer a igualdade social; mas também não são as
126 soluções eurocêntricas, opondo os povos da Europa aos outros povos do
127 mundo, que o podem fazer. A nossa política para a construção de um futuro
128 melhor só pode ser assente numa verdadeira solidariedade e cooperação

129 internacional, para além de todas as fronteiras. Uma política de
130 responsabilidade social terá de basear-se na cooperação e não da
131 competição.

132

133 As recentes manifestações, greves e outras formas de protesto dos
134 trabalhadores, de estudantes, de agricultores ou dos reformados, por toda a
135 Europa, mostram que existe uma crescente resistência às medidas de
136 austeridade, com mais e mais sectores sociais exigindo uma saída da crise a
137 favor das pessoas, a favor do emprego, respeitadora do ambiente, orientada
138 para a coesão social, para o pleno emprego, com salários e pensões
139 decentes e melhorias na educação, na saúde e nos serviços sociais. No
140 entanto, os protestos serão infrutíferos, a longo termo, se não houver uma
141 acção política a nível europeu que produza alterações profundas na política e
142 nas instituições europeias — mudanças essas que o movimento popular tem
143 resumido no lema “Outra Europa é possível”. A Esquerda Europeia irá agir
144 mais uma vez defendendo alternativas que vão no sentido de uma Europa
145 social, democrática, pacífica e ecológica. Muitas pessoas, dentro e fora da
146 Europa, consideram esta mudança para uma nova forma de
147 desenvolvimento, baseada na cooperação e na solidariedade, em princípios
148 ecológicos e de igualdade de género, como uma alternativa concreta,
149 desejável e mesmo essencial.

150

151 A Humanidade depende vitalmente da escolha de modos de produção que
152 respeitem a natureza e não a destruam através de um consumo sobre-
153 explorador dos recursos naturais. Água potável, educação de qualidade,
154 trabalho decente, cuidados de saúde, diálogo intercultural, meios de
155 comunicação modernos, mobilidade e independência, não são bens de luxo,
156 mas sim direitos sociais que têm de ser garantidos. No entanto, o acesso a
157 estes serviços públicos e sociais básicos é ainda recusado a muita, muita
158 gente.

159

160 O partido da Esquerda Europeia está em campanha por uma alternativa
161 política democrática, que mude esta situação a todos os níveis: local,
162 nacional, europeu e global. Procuramos parceiros para esta luta: forças
163 políticas, sindicatos e movimentos sociais, todos os que acreditam que “Outra
164 Europa é possível”. Queremos criar uma frente política e social contra o
165 neoliberalismo a nível nacional e a nível europeu. E queremos ganhar a
166 maioria da população para esta causa. É com este objectivo em mente que a
167 Esquerda Europeia participa nas mobilizações e se empenha no diálogo com
168 outras forças políticas, com sindicalistas, com os movimentos pela paz, as
169 associações de consumidores, os grupos ambientalistas, os militantes da luta
170 pela igualdade e contra o racismo, os cientistas críticos, os activistas na área
171 das novas tecnologias, os Fóruns Sociais e as associações do sector da

172 cultura e educação. Juntamente com actores sociais ligados à indústria, à
173 agricultura e à defesa dos serviços públicos, trabalharemos com vista a
174 contribuir para a realização de todos os direitos políticos e sociais das
175 populações, criando uma Europa aberta ao mundo. Trabalhamos em defesa
176 dos direitos de todos, independentemente da nacionalidade, da cor, do sexo
177 ou da língua que usem.

178

179 A exportação do modelo de dominação sobre a humanidade e a natureza que
180 apenas vê um cifrão em cada simples canção ou em cada gota de água, não
181 fez do nosso mundo um lugar mais humano, nem sequer um lugar mais
182 seguro. As liberdades individuais não podem servir para justificar o direito do
183 mais forte, ou para fundamentar os ditames ilimitados do mercado. A
184 apropriação indevida dos progressos científicos e tecnológicos por um tipo de
185 “inovação” que só visa a maximização dos lucros do capital financeiro acabou
186 por colocar em perigo o futuro de todos. A livre concorrência, a privatização e
187 a desregulação tornaram-se o paradigma dominante desde o colapso do
188 chamado “socialismo real”. Alguns princípios que germinaram na Europa do
189 pós-guerra, como a cooperação política, social e económica e uma política
190 externa e de segurança baseada em consensos e na paz, foram agora ainda
191 mais claramente abandonados.

192 Com o Mercado Único, o Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e
193 Crescimento, a corrida ao dumping salarial e social substituiu o reforço dos
194 serviços públicos a partir do final dos anos 80 e ao longo da década de 90.

195

196 As nossas instituições públicas são a espinha dorsal da democracia, seja na
197 educação, na saúde, nos transportes e na cultura, seja na concessão de
198 crédito para a economia regional ou para garantir o acesso à energia a nível
199 local. Na UE, mesmo tendo realizado um assinalável alargamento, os
200 enormes problemas do desemprego, da pobreza e desigualdade social e da
201 economia agrícola continuaram por resolver. Da mesma forma, assuntos
202 críticos como a segurança energética, as alterações climáticas ou o livre
203 acesso a redes de comunicação e informação mantêm-se muito
204 problemáticos.

205

206 Este é o tempo de dar mais relevo ao papel dos parlamentos, tanto Europeu
207 como nacionais, no processo de decisão legislativa e no controlo democrático
208 das políticas europeias.

209

210 A crise do capitalismo, da sua gestão neoliberal, do seu sistema imperialista,
211 da militarização e das estratégias ultra sectárias que o acompanham,
212 marcam profundamente as relações internacionais e forçam os limites de um

213 sistema de exploração, de predação e dominação, e tornam necessárias
214 transformações democráticas radicais em larga escala.

215

216 Por outro lado, esta multifacetada crise está a actuar como um catalizador na
217 alteração do equilíbrio de forças à escala mundial, com a hegemonia dos
218 EUA cada vez mais disputada, quando países exteriores ao chamado mundo
219 desenvolvido adquirem um papel de pivot (ex. China, Índia, Brasil, etc.). A
220 União Europeia precisa de se tornar um actor internacional independente dos
221 EUA para poder ganhar a confiança do mundo através de uma outra postura,
222 baseada no respeito mútuo e na cooperação.

223

224

225 **2. Não vamos pagar a vossa crise**

226

227

228 A crise financeira e económica internacional veio espalhar-se como uma
229 onda de choque, agravando todos os outros problemas que a humanidade já
230 enfrentava. Nos últimos dois anos, os governos das potências dominantes,
231 liderados pelos países do G8, agiram em socorro o sistema financeiro global
232 à custa de enormes montantes de dinheiro público. Assumiram o seu papel
233 de salvadores de um mercado financeiro global em colapso.

234 Simultaneamente, mantiveram-se indiferentes ao crescimento da pobreza e
235 aos desafios das alterações climáticas. As dívidas públicas atingiram níveis
236 recorde. A mais grave crise financeira e económica das últimas décadas está
237 longe de estar vencida. Os governantes não puseram em questão nem os
238 mercados financeiros internacionais, totalmente fora de controlo, nem a
239 ordem económica global. Não há regulamentações eficazes que proíbam a
240 especulação com divisas, com bens alimentares ou com outros bens
241 essenciais. A crise económica e financeira, não estando resolvida, constitui
242 um risco de segurança agravado, tanto no que respeita ao dia a dia dos
243 cidadãos, como no que se refere à coexistência pacífica entre países.

244

245 A Europa e a União Europeia estão também atoladas na crise. Milhões de
246 empregos já foram perdidos ou estão ameaçados. Por outro lado, cada vez
247 mais pessoas são forçadas a ter mais do que um emprego para conseguirem
248 sobreviver. A precariedade e a flexisegurança são, mais do que nunca, uma
249 amarga realidade. Os problemas sociais estão a aumentar. A União
250 Europeia ainda não tomou medidas efectivas para que aqueles que
251 causaram a crise sejam responsabilizados financeiramente. Os governos
252 nacionais estão também relutantes em obrigar os especuladores financeiros
253 a pagar o seu contributo para resolver a crise, taxando devidamente os
254 rendimentos do capital. Assim sendo, a sua posição torna-se bem clara: os
255 custos da crise devem ser suportados apenas pelos contribuintes e pela

256 população, particularmente pela população dos países mais pobres da zona
257 Euro. No entanto, a verdadeira causa das dramáticas dívidas nacionais,
258 principalmente na Europa de Leste e do Sul, mas também na Irlanda, Reino
259 Unido, Islândia e Países Bálticos, pode ser encontrada nas políticas
260 europeias. Agora, os países são supostos aguentar sózinhos as
261 consequências. Mais ainda, eles serão forçados a desistir dos urgentes e
262 necessários investimentos na educação, na saúde e na protecção social, e
263 fazer ainda mais cortes no sector público e nos serviços sociais. A renovação
264 das infraestruturas públicas terá que esperar. Está assim lançada a semente
265 para colhermos mais problemas sociais amanhã.

266

267 Um véu de encobrimento tem sido lançado sobre o facto de que o
268 catastrófico dumping salarial praticado nos Estados-Membros mais ricos,
269 desde o seu início e durante vários anos, só provocou pressões e erros
270 políticos. As políticas fracassadas dos países mais vulneráveis são a outra
271 face da moeda da orientação dos grandes países centrada na relocalização e
272 na exportação. Salários mais altos teriam também protegido os países
273 maiores do turbilhão da instabilidade financeira e dos défices nacionais de
274 amanhã; são também uma condição essencial para reforçar as cláusulas
275 contra o dumping social no comércio internacional. No entanto, as políticas
276 actuais, com a sua insistência nos salários baixos, continuam a favorecer o
277 dogma da competitividade baseada no decréscimo das despesas sociais.

278

279 Agora, estamos todos obrigados a pagar as medidas de ajuda aos bancos;
280 mas a possibilidade de influência que os povos têm nas suas decisões,
281 nomeadamente para optar por caminhos diferentes, é muito baixa ou nula.
282 Assim, aqueles que verdadeiramente causaram a crise, conseguirão ser
283 poupados.

284

285 Foi abalada a crença de que a nacionalização dos bancos seria uma horrível
286 profanação socialista. Os Estados estenderam as suas asas protectoras
287 sobre as empresas do sector financeiro e várias delas voltaram rapidamente
288 ao *business as usual* e a obter lucros chorudos. A influência dos governos
289 visou apenas a salvação dos bancos, dos banqueiros e dos seus lucros. Não
290 há qualquer perspectiva de uma redistribuição justa e equitável da riqueza.
291 No seu conjunto, os governos actuais estão a “nacionalizar” sem prever
292 qualquer passo para um correspondente aumento do controlo e da influência
293 democrática sobre essas instituições. Eles estão apenas a nacionalizar as
294 perdas, aumentando a dívida pública e os encargos e prejudicando o
295 investimento. Tornam-se responsáveis por todo o tipo de problemas sociais
296 que, em virtude disso, ficam por resolver.

297

298 Como habitualmente, a “regulação” que preparam serve os interesses do
299 capital financeiro, não os interesses da maioria da população. A linha política
300 dominante só tem uma resposta para a crise: saquear os cofres públicos e
301 aumentar a exploração dos trabalhadores. Participa activamente na luta de
302 classes do lado dos de cima e não hesita em estigmatizar as pessoas de
303 baixos rendimentos, virar-se contra os cidadãos dependentes das prestações
304 sociais, contra os imigrantes e os refugiados.

305

306 Nós estamos convictos de que a maioria das pessoas podem ser ganhas por
307 uma campanha em prol de políticas europeias de justiça social e de
308 solidariedade, ecologicamente sustentáveis, democráticas e pacíficas.

309 Por isso apresentamos as seguintes propostas para vencer a crise financeira:

310

311

312 **2.1. Combater a crise de uma forma eficaz - agora!**

313

314 A União Europeia e os países europeus devem apostar na cooperação e
315 contribuir para a reforma dos sistemas monetários europeus e internacionais.
316 Sectores estratégicos fundamentais, como o sistema bancário, devem ser
317 organizados com base numa apropriação social e no controlo democrático e
318 acesso público. Na Europa neoliberal, temos assistido a um processo
319 generalizado de ataque aos direitos dos trabalhadores e aos seus salários. A
320 Esquerda Europeia luta contra o dumping social. Nós queremos apoiar todos
321 os movimentos que são activos na luta contra a estratégia de colocar pobres
322 contra pobres. Apoiamos os trabalhadores de toda a Europa na sua luta pela
323 redistribuição dos rendimentos, contra os despedimentos massivos e a
324 insegurança no emprego. Para defender os direitos sociais das classes
325 trabalhadoras, devemos reforçar a capacidade de lidar com o conflito social e
326 de classes na Europa. Na luta contra o dumping social e fiscal, a política
327 fiscal europeia deve ser construída com base no princípio de uma tributação
328 progressiva.

329 Nós lutamos também pelo princípio de que, num mesmo local, a trabalho
330 igual tem de corresponder um salário igual. Este princípio deve aplicar-se em
331 toda a Europa.

332

333 A Esquerda Europeia sugere as seguintes medidas para reduzir o poder e a
334 influência dos mercados financeiros:

335

- 336 • Transformação da missão do Banco Central Europeu: através da
337 geração de receitas e baseado em critérios sociais, o BCE tem que
338 conceder créditos aos Estados-Membros a taxas de juros baixas, por
339 forma a financiar o desenvolvimento social. No que diz respeito aos

340 bancos, o BCE deve adoptar critérios selectivos: a sua ponderação
341 deve ser mais favorável se os investimentos têm em vista a criação de
342 emprego e, pelo contrário, deve ser mais dissuasiva no que se refere a
343 meras operações financeiras.

344 • Taxação de todas as transacções especulativas. As instituições da UE
345 e os Estados Membros devem avançar na mudança da arquitectura do
346 mercado financeiro global.

347 • Novas receitas públicas podem e devem ser geradas sobre a taxaço
348 dos rendimentos dos activos financeiros e do grande capital, através
349 de uma reforma fiscal socialmente justa que vise a estimulaço da
350 economia real. As economias domésticas têm de ser revitalizadas
351 através de políticas estruturais e do aumento do rendimento popular.

352 • Aboliço dos paraísos fiscais estabelecidos dentro e fora do território
353 europeu; banir – e não apenas registar – os *hedge funds* e os títulos
354 especulativos.

355 • Criaço de uma Agência de Notaço pública europeia: os países não
356 podem continuar a ser reféns das agências privadas de notaço, que
357 servem interesses especulativos.

358 • Emissão de títulos de dívida europeia (*Eurobonds*) que permitam aos
359 Estados Membros a contraço de empréstimos a taxas de juros
360 razoáveis.

361

362 Para lutar contra o dumping salarial e social, e fortalecer as reivindicaço
363 sociais e ecológicas, as seguintes medidas devem ser introduzidas ou
364 testadas em todos os países de forma coordenada:

365

366 • Apoio político para um equilíbrio macroeconómico entre Estados e um
367 mercado interno forte.

368 • A introduço de normas que assegurem em todos os Estados
369 Membros - através da lei ou de acordos colectivos - salários mínimos
370 com o valor de, pelo menos, 60% do salário médio nacional, e sempre
371 acima do nível de pobreza de cada país, com uma segurança social de
372 alta qualidade para todos.

373 • Regulaço rigorosa da mão de obra subcontratada e limitaço do
374 número de contratos de curto prazo, em vez da crescente pressão da
375 UE para a liberalizaço. Novas regulaço que proíbam a contrataço
376 de trabalhadores estrangeiros com salários mais baixos ou piores
377 condições laborais do que as existentes no país onde o trabalho é
378 executado. O veredicto do caso Viking-Laval e os demais acórdãos
379 que prejudicam os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos à greve

380 e à luta por melhores salários e condições laborais devem ser
381 anulados.

382 • Fortalecer os acordos colectivos vinculativos sobre as condições de
383 trabalho e exigir a conformidade das condições de trabalho requeridas
384 também nos casos dos trabalhadores destacados.

385 • A fim de impulsionar a necessária modernização dos serviços públicos
386 e das infra-estruturas, nós defendemos um programa de investimento
387 cujas áreas-chave sejam a educação, a saúde, os cuidados sociais, a
388 investigação, o transporte e as tecnologias ambientais. Isto irá garantir
389 a criação directa e a promoção indirecta de milhões de novos postos
390 de trabalho.

391

392 Queremos promover uma campanha por uma taxa global sobre as
393 transacções financeiras, por melhores salários, por empregos melhores e
394 mais protegidos, horários de trabalho mais humanos, segurança nas pensões
395 e por melhores infra-estruturas públicas. Nós iremos fazê-lo em conjunto com
396 os sindicatos, os Fóruns Sociais, movimentos de mulheres, de ambientalistas
397 e de jovens, organizações de imigrantes e autoridades locais. Queremos
398 levar a cabo esta campanha nos nossos países e a nível europeu.
399 Assumimos que esta campanha tem que ser encarada como uma exigência
400 global.

401 Sem uma acção imediata, não haverá uma mudança efectiva nas medidas
402 anti-crise. Mas uma mudança política sustentável tem de ir para além disto;
403 acções políticas alternativas e um plano de acção europeu de luta contra a
404 pobreza deve ser acordado. Em conjunto com os sindicatos, iremos levar a
405 cabo uma campanha para a introdução de uma cláusula social na lei
406 fundamental Europeia. Uma combinação consistente da União Económica e
407 Monetária com uma política ambiental e social é essencial. A luta por uma
408 cláusula social na lei Europeia e por uma orientação política social e
409 ambiental, tem de travar-se muito para além do limite das instituições da UE.
410 Estas exigências encontram-se também expressas nas agendas de muitos
411 sindicatos e movimentos sociais e podem, portanto, servir de base a um
412 relacionamento mais forte com eles.

413

414

415 **2.2. Plano de acção contra o desemprego, a pobreza e a exclusão** 416 **social**

417

418 80 milhões de pessoas na Europa vivem abaixo do limiar da pobreza. E um
419 número quase igual está sob ameaça aguda de cair na mesma situação. O
420 desemprego galopante é um dos factores que mais têm contribuído para isto.

421 Mas são afectadas também cada vez mais pessoas com empregos mal
422 pagos e precários, que vivem na pobreza apesar de terem trabalho. Constitui
423 um rotundo fracasso político que, numa das áreas económicas mais
424 produtivas do mundo, a UE dos 27, uma em cada cinco crianças esteja
425 ameaça pela pobreza.

426

427 A marginalização pela pobreza, as desvantagens no acesso à educação, aos
428 serviços de saúde, a condições de habitação dignas, aos serviços sociais,
429 culturais e financeiros, são vistos como factores que potenciam as ameaças à
430 paz social. A maioria da população espera que os políticos adoptem medidas
431 eficazes contra a pobreza e que, por outro lado, limitem a inútil concentração
432 de riqueza nas mãos de uns poucos. A UE declarou 2010 como "Ano
433 Europeu de luta contra a pobreza e a exclusão social", a fim de contribuir
434 para a superação destes problemas. A Estratégia UE-2020 levantou também
435 a bandeira da "prevenção da pobreza". Mas a crescente pobreza e
436 desigualdade social são um produto directo das políticas neoliberais que têm
437 sido promovidas pela UE.

438

439 A lógica das actuais decisões estratégicas, bem como das medidas práticas
440 usadas para combater as consequências da crise económica e financeira,
441 continuam a colocar, inalteráveis, no topo da agenda política, a concorrência,
442 o lucro e a competitividade. As elites europeias providenciam respostas
443 pouco coerentes e pouco inteligíveis às questões colocadas pelos problemas
444 económicos e nada fazem contra as desigualdades sociais que aumentam
445 todos os dias. As consequências da pobreza não estão a ser mitigadas
446 porque continuamos a não enfrentar as suas causas. O partido da Esquerda
447 Europeia está comprometido com a luta para alcançar a justiça social. A
448 riqueza não pode continuar concentrada nas mãos de alguns, os detentores
449 do capital e dos grandes activos financeiros. A Europa deveria reconhecer
450 que a propriedade acarreta deveres e deve servir para o bem da sociedade.

451

452 Os bens públicos como a água, a saúde, a cultura, a propriedade da terra, os
453 recursos naturais e os meios de produção não devem ser privatizados mas,
454 pelo contrário, devem ser atribuídos a uma propriedade comum com o
455 objectivo da sua socialização.

456

457 A Esquerda vê a luta contra a pobreza como um problema social e político.
458 Precisamos de um desenvolvimento que coloque as pessoas em primeiro
459 lugar. Por esta razão, a luta contra a pobreza só terá sucesso quando este
460 objectivo se tornar central em todas as áreas da política da União e dos
461 Estados-Membros. A Europa necessita de uma rede de segurança global que
462 garanta elevados padrões sociais. O problema dos sem-abrigo e da pobreza
463 infantil devem ser totalmente resolvidos até 2015. A solução do problema

464 concreto da pobreza deve ser encontrada em estreita ligação com a solução
465 dos demais problemas sociais e ambientais da nossa sociedade.

466

467 Para levar a cabo estes objectivos, é necessário e urgente um plano de
468 acção pan-europeu. A Esquerda Europeia sugere as seguintes metas, que se
469 desdobram em aspectos significativos da luta imediata contra a crise:

470

471 • Um salário mínimo em todos os países da UE de, pelo menos, 60% do
472 salário médio anual nesse país; o fortalecimento da contratação
473 colectiva.

474 • A garantia de um rendimento mínimo adequado para os
475 desempregados e outros que não tenham meios de sustentar a sua
476 vida.

477 • Um salário decente para estudantes e pessoas em formação
478 profissional.

479 • A garantia de uma reforma decente para todos aos 60 anos.

480 • O acesso a empregos dignos e a condições de trabalho bem definidas
481 e regulares.

482 • Redução do tempo de trabalho sem redução do vencimento.

483 • Maiores investimentos na segurança social, saúde, serviços públicos e
484 habitação social e bom enquadramento ambiental das zonas urbanas.

485 • Através da implementação de um programa de aumento da eficiência
486 energética em edifícios privados, usando tecnologias pré-existentes, é
487 possível garantir a cada pessoa um conforto térmico adequado. A luta
488 contra a “pobreza energética” é de considerável importância, se
489 considerarmos que a conta de energia atinge, em média, 10% do
490 rendimento familiar.

491

492 A taxação das mais valias e dos negócios especulativos, a tributação
493 progressiva dos rendimentos, em ligação com um sector público
494 desenvolvido e recuperado da privatização, proporcionarão os meios
495 financeiros necessários para a implementação deste plano de acção. É
496 preciso pôr fim às políticas europeias que, enquanto permitem às empresas o
497 dumping fiscal a nível nacional, pedem mais contribuições aos empregados e
498 mais sacrifícios aos socialmente desfavorecidos. A Esquerda Europeia
499 sulinou na sua plataforma para as eleições ao Parlamento Europeu de 2009
500 que o Pacto de Estabilidade e Crescimento deveria ser substituído por um
501 pacto de solidariedade, focado no crescimento, no pleno emprego, na justiça
502 social e na protecção ambiental.

503

504 **3. Para um novo Modelo de Desenvolvimento**

505

506 Actualmente, está consolidada a ideia de que são necessárias políticas
507 ambiciosas e coordenadas para enfrentar os desafios vitais para a
508 humanidade e para o planeta Mas a lógica do capital representa o maior
509 obstáculo para o conseguir. A crise financeira, cuja natureza sistémica se
510 tornou evidente, revelou a dimensão gigantesca do desperdício gerado pelo
511 actual modelo de desenvolvimento. Por isso, o conjunto das propostas que
512 neste documento se propõe, baseia-se na lógica alternativa de um novo
513 modelo de desenvolvimento: social, sustentável e civil. Estas três dimensões
514 são indissociáveis: a social, evidentemente, inclui a esfera económica, que
515 deve em primeiro lugar servir as necessidades e aspirações de todos e de
516 cada um.

517

518 Trata-se de criar uma nova era da civilização humana, baseada num
519 processo progressivo fundado em múltiplas reformas sistémicas,
520 transformando rotinas diárias, conduzido sem perder de vista a ambição do
521 que está em causa.

522

523 Esta acção, ao serviço de uma verdadeira mudança civilizacional, articula
524 num movimento comum as seguintes causas:

525

- 526 • O partido da Esquerda Europeia continuará a sua luta por uma
527 consistente e pacífica política externa e de segurança, por um mundo
528 sem armas de destruição massiva e de destruição em geral.
529 Participamos em todas as lutas, tão necessárias, pela solidariedade e
530 pela paz, em particular no Médio Oriente, por uma resolução justa e
531 equitativa do conflito israelo-palestiniano com base nas Resoluções da
532 ONU, com a fundação de um Estado palestino viável, lado a lado com
533 Israel, tendo Jerusalém Oriental como sua capital. Exigimos o fim da
534 guerra conduzida pela NATO no Afeganistão e a retirada de todas as
535 tropas estrangeiras. Exigimos também a retirada das tropas
536 remanescentes e das empresas militares do Iraque e apelamos à
537 responsabilidade da comunidade internacional na reconstrução civil do
538 país. O direito à autodeterminação do povo iraquiano e suas escolhas
539 soberanas sobre a reconstrução e sobre o futuro do país devem ser
540 plenamente garantidos. O desarmamento progressivo e recíproco com
541 os países terceiros e a reconversão das forças e equipamentos para a
542 paz é essencial. Queremos uma cooperação pacífica e mutuamente
543 benéfica e um diálogo com os nossos vizinhos, e estabilidade em toda
544 a Europa, incluindo a Rússia. A colaboração militar estratégica da UE
545 com a NATO é um caminho errado e deve ser anulada.

- 546 • A Esquerda Europeia reitera o seu exigência de dissolução da NATO e
547 luta por um sistema de segurança internacional baseado na
548 cooperação, em conformidade com o direito internacional e os
549 princípios de um sistema das Nações Unidas reformado e
550 democratizado. Opomo-nos frontalmente a uma crescente
551 militarização das relações externas da UE e lutamos por um papel
552 pacífico da Europa no mundo. A UE deve também respeitar o direito
553 dos países neutrais a manterem a sua política de não-alinhamento.
- 554 • A transferência de população da Turquia para a zona ocupada de
555 Chipre deve ser interrompida imediatamente, já que se trata de um
556 acto político da Turquia para completar a conquista e a “turquificação”
557 da ilha. A ocupação turca de 37% do território da República de Chipre
558 deve acabar. O governo turco deve contribuir, em termos práticos,
559 para que o processo de negociação em curso conduza, o mais
560 rapidamente possível, a uma solução justa e viável do problema de
561 Chipre, com base nas Resoluções pertinentes das Nações Unidas e
562 do direito internacional e europeu.
- 563 • A Esquerda Europeia expressa a sua total solidariedade e apoio ao
564 processo político que tem lugar na América Latina com a vista a
565 expandir a democracia com elevada participação dos cidadãos. Neste
566 sentido, consideramos muito importante manter as boas relações e as
567 reuniões entre o Fórum de São Paulo e o partido da Esquerda
568 Europeia, com vista à troca de experiencias e à coordenação face a
569 objectivos comuns. Em particular, lembramos a necessidade de
570 terminar o bloqueio contra Cuba.
- 571 • Consideramos que os acordos entre a UE e a América Latina que já
572 tiveram lugar e os que ainda estão em negociação tentam impor duras
573 condições neoliberais em defesa do interesse de empresas
574 multinacionais, sobretudo algumas cuja actividade tem as piores
575 consequências ambientais e, ao mesmo tempo, tentam criar patentes
576 nos campos da saúde e da biodiversidade.
- 577 • A política europeia de desenvolvimento deve concretizar o
578 compromisso de todos os Estados-Membros da UE com o
579 cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para
580 2015, assegurando a meta de atribuição de 0,7% do seu PIB para a
581 ajuda ao desenvolvimento. Isto requer a reorientação dos modos de
582 produção e consumo, que não devem constituir uma ameaça contra a
583 natureza, nem devem fazer das mercadorias e do dinheiro a única
584 base de apreciação. De acordo com este objectivo, estamos a lutar
585 para que os acordos comerciais da União Europeia enfatizem o
586 respeito por todos os critérios fundamentais da Organização
587 Internacional do Trabalho e por padrões laborais e humanos decentes

588 em todos os países com que estabelecemos parcerias comerciais. Os
589 acordos não deveriam estar ao serviço de empresas transnacionais
590 que procuram essencialmente o acesso aos recursos naturais e a
591 maximização dos lucros.

- 592 • A Esquerda Europeia luta, conjuntamente com outras forças, por uma
593 revolução energética baseada em recursos genuinamente renováveis
594 e na poupança de energia. Não consideramos que a biomassa
595 utilizada em grande escala seja uma fonte de energia genuinamente
596 renovável, sobretudo quando substitui a produção de alimentos. A
597 redução de efeitos das mudanças climáticas e a produção de energia
598 não devem ser um mero factor de procura de lucro. Os recursos
599 naturais não devem ser desperdiçados com o rearmamento e com as
600 guerras. As políticas de desenvolvimento e de comércio externo da UE
601 devem romper com a lógica actual de apropriação de terras e de
602 exploração dos recursos naturais dos países com que nos
603 relacionamos. Defendemos o cancelamento da dívida dos países mais
604 pobres e o reembolso da dívida ecológica dos países industrializados
605 para com os chamados países em desenvolvimento.
- 606 • Temos de lutar por uma cooperação internacional com vista a
607 combater o aquecimento global. Para prevenir os impactes mais
608 severos das alterações climáticas, é preciso tomar medidas sérias até
609 2020. A Esquerda Europeia propõe que lutemos pela redução de 40%
610 das emissões de CO2 nos países desenvolvidos (comparadas com o
611 nível de 1990). Na Europa, isto envolve particularmente sectores como
612 as tecnologias de inovação energética, a agricultura e silvicultura
613 dedicadas à preservação da biodiversidade e ao sequestro de
614 carbono, a engenharia e construção, o trânsito e transportes, a
615 regulação e o investimento público. Vão ser realizados, nos próximos
616 anos, enormes investimentos no sector energético europeu que
617 marcarão a evolução do sector até meados do século. O protocolo de
618 Kyoto não pode ser reduzido a um mero sistema de quotas de
619 emissão; cada nova tentativa para um acordo internacional (Kyoto 2)
620 deve conformar um novo paradigma baseado na cooperação e não na
621 competição. A Esquerda Europeia apoia inteiramente a declaração de
622 Cochabamba. O tempo para agir esgota-se rapidamente.
- 623 • Nós lutamos pelas liberdades individuais e civis e pelos direitos
624 fundamentais sociais e políticos de todos os cidadãos europeus e
625 imigrantes com base na Carta de Princípios dos movimentos. A
626 Esquerda Europeia apoia a adesão da UE à Convenção Europeia dos
627 Direitos Humanos (CEDH) e pugna pelo aprofundamento dos direitos
628 fundamentais na Europa com base na CEDH, nomeadamente em
629 todos os instrumentos legais a nível nacional e europeu. Defendemos

630 os direitos de todos que são discriminados com base na sua etnia,
631 orientação sexual, género, religião, ideologia, deficiência ou idade.
632 Exigimos a igualdade entre homens e mulheres. A Esquerda Europeia
633 defende o respeito total pelos princípios do secularismo. Precisamos
634 de estratégias consistentes contra o racismo, a xenofobia, o
635 chauvinismo, o fascismo, o anti-comunismo, a homofobia e todas as
636 outras formas de discriminação. Estamos a trabalhar para uma política
637 de refugiados conforme à Convenção de Genebra. Aqueles que
638 precisam de fugir por causa da sua actividade política, religião,
639 ideologia, orientação sexual ou identidade de género, devem poder
640 encontrar boa aceitação e a sua segurança na Europa. Exigimos o
641 reconhecimento das perseguições ligadas ao género e perseguições
642 aos não-nacionais como motivo para asilo, assim como a protecção
643 especial para crianças refugiadas. Por este motivo, rejeitamos o actual
644 sistema de controlo de fronteiras Frontex. A Esquerda Europeia opõe-
645 se firmemente a qualquer tentativa de fazer dos imigrantes “bodes
646 expiatórios” para qualquer tipo de problemas sociais. Lutamos por uma
647 forte dimensão social das políticas de integração.

648 • O acesso universal à educação, cultura, informação e a possibilidade
649 de cada um utilizar as suas formas próprias de expressão cultural são
650 essenciais para um diálogo democrático na Europa e no mundo. A
651 responsabilidade pública pelo intercâmbio cultural e defesa da
652 neutralidade das redes digitais deve ser nacional e europeia. A
653 educação gratuita, a liberdade de informação, uma política moderna
654 de direitos de autor que inclua os direitos dos utilizadores e uma
655 adequada integração da criatividade, são mais do que urgentes. A
656 privatização do ensino público deve ser interrompida. Também por
657 isso nos opomos ao Processo de Bolonha. Boas condições de
658 trabalho para professores, jornalistas, trabalhadores dos media, do
659 cinema, do entretenimento e da indústria de software devem ser lutas
660 diárias. A Europa precisa de um real pluralismo político nos meios de
661 comunicação, públicos ou privados, condição essencial da
662 democracia.

663 • Queremos combater a crise financeira regulando os mercados, criando
664 uma orientação macroeconómica consistente, dirigida para um modelo
665 de desenvolvimento social e ecológico que contribua para uma luta
666 sustentável contra a pobreza.

667 Com vista a desenvolver as nossas alternativas políticas por um novo modelo
668 de desenvolvimento, que possamos depois integrar no discurso político,
669 queremos também avançar com os seguintes pontos estratégicos nas nossas
670 lutas políticas:

671

- 672 • O desenvolvimento de serviços públicos que sirvam as necessidades
673 colectivas essenciais, juntando esforços em escala europeia, uma
674 gestão concertada e cooperativa dos bens públicos mundiais e o
675 desenvolvimento de uma economia interdependente e social numa
676 base realmente democrática. Isto implica parar os processos de
677 liberalização e privatização dos serviços públicos, bem como os planos
678 de investimento privado massivo nestes sectores.
- 679 • Uma política activa de criação de emprego, acompanhada por um
680 sistema de aprendizagem ao longo da vida, e empregos que garantam
681 um rendimento digno.
- 682 • Uma nova era de democracia a todos os níveis, com novos poderes de
683 intervenção dos trabalhadores na gestão e dos eleitos locais no
684 controlo de fundos públicos alocados a grandes empresas da sua área
685 geográfica de intervenção.

686

687 Com estas sugestões, a Esquerda Europeia dirige-se à população da Europa:
688 aos homens e mulheres, de qualquer país, independentemente da sua visão
689 do mundo ou religião, independentemente de terem nascido dentro ou fora da
690 União Europeia. A grande agudização da crise económico-social e ecológica
691 exige uma acção imediata e radical. Queremos que a Europa e o mundo se
692 tornem num local melhor para todos vivermos. Mas, para que isso aconteça,
693 temos de o proteger das ameaças. Não poderemos melhorar o mundo se não
694 o salvarmos, mas poderemos salvar o mundo se o melhorarmos. A Esquerda
695 Europeia tem uma visão do mundo radicalmente diferente do que existe hoje,
696 defendemos um mundo de democracia e de socialismo.

697

698 A Esquerda Europeia está aberta a todos os que quiserem apoiar esta
699 agenda.

700

701 Aspiramos a viver num mundo de liberdade, de justiça e de igualdade, sem
702 repressão nem exploração, sem fome nem pobreza.

703 E queremos tornar este projecto realidade.